

## Apresentação

Este livro trata do programa de Direito Processual Penal. A obra, a cada nova edição revista, atualizada e ampliada, encontra-se dividida nos seguintes capítulos: (1) Garantias processuais e o sistema acusatório; (2) Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação; (3) Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar; (4) Ação penal; (5) Ação civil *ex delicto*; (6) Competência; (7) Sujeitos processuais; (8) Questões e processos incidentes; (9) Comunicação dos atos processuais; (10) Da prova; (11) Sentença e coisa julgada; (12) Do processo; (13) Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo e procedimentos especiais; (14) Nulidade dos atos processuais; (15) Recursos; (16) *Habeas corpus*; (17) Revisão criminal; (18) Medidas cautelares.

Buscou-se expor a matéria de forma direta e em linguagem acessível. Sempre que necessário, são dados exemplos para facilitar a compreensão da matéria.

Embora seja uma obra para fins didáticos, há no livro a preocupação com aspectos práticos, tratando e procurando resolver os problemas atuais, do dia a dia forense. Sempre que algum ponto se mostra controvertido, são expostas as diversas correntes, com os respectivos argumentos, bem como a indicação dos autores e dos julgados que sustentam cada uma delas. Na análise jurisprudencial são privilegiados os julgados mais recentes, principalmente do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, expondo-se, assim, a posição que atualmente encontra acolhida nos tribunais.

Com isso, o livro procura servir tanto ao estudante, que está tendo o primeiro contato com a matéria, como também se mostra adequado aos bacharéis que pretendem se preparar para exames e concursos públicos.



## Nota do Autor à Quinta Edição

Uma nova edição, como sempre, é motivo de renovada alegria. Chegando à quinta edição, não seria pretensão dizer que se trata de uma obra consolidada perante os leitores. Por outro lado, a felicidade de, a cada ano, publicar uma nova edição, traz a responsabilidade de trazer ao leitor uma análise teórica, com necessários elogios e críticas, das inovações legislativas e das mudanças jurisprudenciais. Com esses objetivos trazemos ao leitor a quinta edição do nosso *Processo Penal*.

A seguir destacamos as principais mudanças em relação à edição anterior.

No plano das inovações legislativas, a quinta edição analisou as mudanças e acréscimos promovidos no último ano no Código de Processo Penal. Foram analisados os art. 13-A e 13-B, acrescidos pela Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que tratou da prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Também foram feitos comentários à alteração do inc. IV e aos acréscimos dos incisos V e VI do art. 318, tratando de hipóteses de prisões especiais, acrescidos pela Lei 13.257/2016, que dispôs sobre as políticas públicas para a primeira infância. A Lei 13.285, de 10 de maio de 2016, que acrescentou o art. 394-A ao Código, prevendo que “Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias” também foi considerada na nova edição. Por fim, foi analisada a Lei 13.434, de 12 de abril de 2017, que acrescentou o parágrafo único ao art. 292, vedando o uso de algemas em *mulheres grávidas durante parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato*.

Também foram objeto de análise outras mudanças legislativas que geram reflexos no processo penal: (1) a Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016, que, assegurando direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz, alterou o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como o Código de Processo Civil; (2) a Lei nº 13.367, de 5 de dezembro de 2016, que alterou a Lei nº 1.579/1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito; (3) a Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017, dispôs sobre o exercício da profissão de detetive particular; (4) a Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a prever, acrescentando os art. 190-A a 190-E, que tratam da Infiltração de Agentes de Polícia na internet, para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente.

Também houve acréscimos e mudanças no conteúdo teórico da nova edição.

No Capítulo 10, que trata da prova penal, houve um maior aprofundamento no conteúdo do item 10.1.13, sobre “*Sistemas de valoração da prova*”. Houve, ainda, uma

inversão na ordem de exposição e, conseqüentemente, na numeração de subitens: nesta nova edição o item “Critérios de decisão: o problema dos *standards* probatórios” foi renumerado para 10.1.4, antecedendo o item sobre “ônus da prova”. A mudança se justifica na medida em que, embora ambos os temas tratem do momento da decisão, a ordem lógica é, primeiro analisar o *standard* probatório e, somente se este não for atingido, o julgador se valerá das regras do ônus da prova, que determinam como deverá decidir, no caso de dúvida.

No capítulo 11, no item que trata da “Sentença condenatória” (11.1.5), a novidade é o desenvolvimento da tese de que juiz não pode condenar o acusado, na ação penal de iniciativa pública, diante da manifestação final do Ministério Público no sentido de sua absolvição.

O Capítulo 15, que trata dos recursos, no que diz respeito ao recurso especial e extraordinário (item 15.8) e ao agravo no recurso especial e extraordinário (item 15.9), foram inseridos julgados dos tribunais superiores em que já houve a aplicação do novo CPC ao processo penal.

Foram acrescentados novos julgados, tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto do Supremo Tribunal Federal em relação aos diversos assuntos em que houve novidades jurisprudenciais.

Registro, uma vez mais, meu agradecimento a minha orientanda Nathália Cassola Zugaibe, pela leitura atenta da obra e sugestões de correções de erros de digitação e referências a artigos de lei.

Uma vez mais termino com meu carinhoso obrigado aos leitores que, ano a ano, demonstram seu interesse pela obra e tornam possível uma nova edição. Boa leitura!

**Gustavo Badaró**

São Paulo, maio de 2017.

## Nota do Autor à Quarta Edição

Com grande alegria trazemos a público a quarta edição do nosso *Processo Penal*.

A seguir destacamos as principais mudanças em relação à edição anterior.

A Lei 13.245/2016, que alterou o Estatuto da OAB, ampliando o direito de acesso aos autos de inquérito policial e outras formas de investigação, pelos advogados, bem com assegurando que o direito de os advogados assistirem seus clientes que sejam investigados, sob pena de nulidade absoluta do interrogatório ou depoimento, foi analisada no item 3.4.

No âmbito dos atos normativos internos dos tribunais, foi acrescida a Resolução STJ 10, de 06.10.2015, que regulamenta do processo judicial eletrônico. Também se inclui a análise da Resolução 217/2016, do CNJ, que alterou e acrescentou dispositivos na disciplina da interceptação telefônica (item 10.13).

O Capítulo 15, que trata dos procedimentos, foi alterado especialmente no que diz respeito ao recurso especial e extraordinário (item 15.8) e ao agravo no recurso especial e extraordinário (item 15.9). Diante da aplicação do novo CPC ao processo penal, e do cabimento de embargos de divergência tanto no recurso especial quanto no recurso extraordinário, foi acrescido um novo item 15.10, sobre Embargos de Divergência.

No Capítulo 18, sobre as medias cautelares, foi acrescido o item 18.2.5, específico sobre a chamada “audiência de custódia”, com base em sua regulamentação pela Resolução n. 213/2015, do CNJ, bem como tendo em conta também Portarias, Resoluções e Provimentos, de diversos tribunais, que tratavam do tema anteriormente.

Além disso, foram acrescentados novos julgados tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto do Supremo Tribunal Federal.

Uma vez mais termino com um imenso agradecimento aos leitores que, em menos de um ano, fizeram com que se esgotasse a 3ª edição. Obrigado e boa leitura!

**Gustavo Badaró**

São Paulo, fevereiro de 2016.



## Nota do Autor à Terceira Edição

É com redobrada satisfação que chegamos à terceira edição do nosso *Processo Penal*.

O primeiro motivo de alegria é por estarmos agora na renomada Thomson Reuters/ Editora Revista dos Tribunais que, há mais de dez anos, publicou o meu primeiro livro, minha dissertação de mestrado sobre *Correlação entre Acusação e Sentença*. Sempre foi um grande objetivo ter meu manual publicado pela querida “RT”.

Embora não tenham ocorrido mudanças legislativas significativas no processo penal, desde a última edição, ainda assim, justifica-se uma terceira edição. Do ponto de vista do direito positivo, o principal motivo é a aprovação pelo Congresso Nacional do Novo Código de Processo Civil. Ainda que sejamos críticos de transposições simplistas de institutos e conceitos processuais civis para o campo penal, efetivamente há pontos omissos no Código de Processo Penal em que é necessário recorrer à analogia com lei processual civil. Assim, todas as vezes que há referência a algum artigo do vigente Código de Processo Civil de 1973, foi feita uma observação, em nota de rodapé, sobre o correspondente artigo no Novo Código de Processo Civil.

Além disso, efetivamente, trata-se de uma edição ampliada e alterada em vários pontos.

Foram acrescentados vários tópicos no capítulo 10, sobre as provas. Na teoria geral da prova, foi acrescido o item 10.1.6, que trata da classificação das provas pré-constituídas e constituídas, com vistas a diferenças quanto ao regime do contraditório. Também foi ampliada a discussão sobre a valoração da prova e, em especial, o art. 155, *caput*, do CPP, com a inserção de três subitens: 10.1.13.1. O valor dos elementos informativos do inquérito policial; 10.1.13.2. O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração; 10.1.13.3. Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis.

Já na disciplina dos meios de prova, sobre um tema de grande atualidade, que é a delação premiada, também se aprofundou a análise, com os seguintes acréscimos: 10.5.5.1 O acordo de delação premiada; 10.5.5.2 A homologação judicial do acordo; 10.5.5.3 A produção da prova nos processos com delação premiada; 10.5.5.4 Sobre a valoração da delação premiada, tema que se mostra extremamente atual.

O Capítulo 13, que trata dos procedimentos, foi alterado no que diz respeito à exposição quanto ao momento do recebimento da denúncia. Nas edições anteriores defendemos que, diante da controvérsia gerada pelo conflito entre os arts. 396, *caput*, e 399 do CPP, com a reforma de 2008, que neste momento não deveria haver o recebimen-

to da denúncia ou queixa, caso não fosse rejeitada liminarmente, limitando-se o juiz a determina a citação do acusado para responder a denúncia. O recebimento somente poderia se dar, em respeito ao contraditório, após a resposta do acusado. A matéria, contudo, está pacificada em sentido contrário. Por tal motivo, embora continuemos seguros do nosso ponto de vista, mas para não ter que fazer a ressalva em todos os procedimentos que serão analisados, optamos por seguir a exposição segundo a linha interpretativa que acabou vigorando. Para quem se interessar pelos fundamentos de nossa posição, eles poderão ser consultados, no item 13.12.1, das edições anteriores.

Além disso, foi ampliado consideravelmente o número de julgados citados, especialmente os mais recentes acórdãos do STJ e do STF.

Como sempre, a última, mas não menos importante palavra, é de agradecimento aos leitores que, com seu interesse, possibilitaram mais uma edição. Sugestões e críticas, como sempre, serão bem-vindas. Obrigado e boa leitura!

**Gustavo Badaró**  
São Paulo, janeiro de 2015.



# Sumário

Agradecimentos.....	11
Apresentação .....	13
Nota do Autor à Quinta Edição.....	15
Nota do Autor à Quarta Edição .....	17
Nota do Autor à Terceira Edição.....	19

## Capítulo 1

### Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais .....	39
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	39
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	44
1.4. Garantia do juiz natural .....	49
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa .....	56
1.6. Garantia da igualdade de partes .....	61
1.7. Garantia do estado de inocência .....	62
1.8. Garantia da motivação .....	67
1.9. Garantia da publicidade.....	72
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição .....	75
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	79
1.12. Garantia do devido processo legal.....	89
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais .....	90
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	98
1.14.1. Características.....	98
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	99
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz .....	99

## Capítulo 2

### Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	103
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	104
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos .....	107
2.1.2.1. Normas sobre procedimento .....	107
2.1.2.2. Normas sobre prova .....	108
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	109
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade .....	112
2.2. A lei processual penal no espaço .....	114
2.3. Interpretação da lei processual penal .....	116

## Capítulo 3

### Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1. Noções gerais.....	121
-------------------------	-----

## 22 PROCESSO PENAL

3.2.	Inquérito policial: finalidade .....	122
3.3.	Inquéritos extrapoliciais .....	123
3.4.	Natureza jurídica e características .....	124
3.5.	Dispensabilidade do inquérito .....	128
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial .....	128
3.7.	Início do inquérito policial .....	130
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies .....	134
3.9.	Diligências .....	135
3.10.	Identificação criminal .....	139
3.11.	Indiciamento .....	143
3.12.	Incomunicabilidade do preso .....	145
3.13.	Término do inquérito policial .....	145
3.14.	Arquivamento do inquérito policial .....	147
3.15.	Vícios do inquérito policial .....	150
3.16.	Valor probatório .....	151
3.17.	Investigação pelo Ministério Público .....	153
3.18.	Investigação pela defesa .....	156

### Capítulo 4 Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação .....	161
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação .....	161
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação .....	162
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação .....	163
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman .....	163
4.2.	Condições da ação penal .....	164
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	165
4.2.2.	Interesse de agir .....	168
4.2.3.	Legitimidade de partes .....	169
4.2.4.	Justa causa para a ação penal .....	171
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito .....	177
4.3.	Classificação da ação penal .....	184
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada .....	184
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação .....	187
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal .....	187
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	189
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal .....	190
4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	190
4.4.1.	Noções gerais .....	190
4.4.2.	Princípios .....	190
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	192
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	194
4.7.	Ação penal de iniciativa privada .....	195
4.7.1.	Princípios .....	195
4.7.2.	Queixa .....	196
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	198
4.8.1.	Decadência .....	198
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa .....	199
4.8.3.	Perdão do ofendido .....	200
4.8.4.	Perempção .....	201

4.9.	Denúncia ou queixa.....	202
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	202
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	203
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	205
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	205
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	206
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	207
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	207

### Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais.....	211
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização.....	211
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	212
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	214
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	216
5.6.	Rescisão do julgado penal.....	217
5.7.	Efeitos civis da absolvição penal.....	218
5.7.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude.....	221
5.7.1.1.	Legítima defesa.....	221
5.7.1.2.	Estado de necessidade.....	222
5.7.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal.....	222
5.7.1.4.	Exercício regular de direito.....	223
5.8.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	223

### Capítulo 6 Competência

6.1.	Noções gerais.....	227
6.2.	Concretização da competência.....	229
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	232
6.4.	Critérios de distribuição de competência.....	235
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	238
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	242
6.4.3.	Competência pela prevenção.....	245
6.4.4.	Competência pela natureza da infração.....	246
6.4.5.	Competência pela distribuição.....	247
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função.....	249
6.5.	Prorrogação da competência.....	254
6.5.1.	Noções preliminares.....	254
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	256
6.5.3.	Conexão.....	258
6.5.4.	Continência.....	261
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência.....	262
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevaletente.....	265
6.5.7.	Desaforamento.....	270
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos.....	271
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	271

### Capítulo 7 Sujeitos processuais

7.1.	Juiz .....	279
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	279
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos .....	280
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	284
7.1.1.3.	Procedimento.....	285
7.1.1.4.	Efeitos .....	285
7.1.2.	Suspeição do juiz .....	286
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição.....	286
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	288
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito .....	288
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados .....	288
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	289
7.3.	Ministério Público .....	290
7.3.1.	Natureza jurídica .....	290
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial” .....	290
7.3.3.	Princípios do Ministério Público .....	293
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público .....	294
7.4.	Autoridade policial .....	295
7.5.	Acusado .....	295
7.5.1.	Questões terminológicas .....	295
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	296
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	296
7.5.4.	Revelia do acusado .....	297
7.6.	Defensor .....	298
7.6.1.	Defesa técnica.....	298
7.6.2.	Finalidade da defesa .....	298
7.6.3.	Aspectos terminológicos .....	298
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	299
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica .....	300
7.7.	Curador .....	301
7.7.1.	Finalidade .....	301
7.8.	Assistente de acusação .....	302
7.8.1.	Finalidade .....	302
7.8.2.	Cabimento.....	303
7.8.3.	Momento.....	304
7.8.4.	Legitimados.....	305
7.8.5.	Poderes do assistente .....	307
7.8.6.	O assistente e a testemunha .....	309

### Capítulo 8 Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes .....	315
8.2.	Questões prejudiciais.....	316
8.2.1.	Noções gerais.....	316
8.2.2.	Classificações .....	317
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	319
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas .....	321
8.2.5.	Legitimados.....	323

8.2.6.	Momento de arguição .....	323
8.2.7.	Recurso .....	324
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade .....	325
8.3.1.	Exceção de suspeição .....	325
8.3.1.1.	Abstencção do juiz.....	325
8.3.1.2.	Legitimados .....	326
8.3.1.3.	Momento da arguição.....	326
8.3.1.4.	Procedimento.....	327
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados.....	329
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público ....	329
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	330
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial .....	331
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	331
8.3.2.1.	Procedimento.....	331
8.4.	Da exceção de incompetência .....	332
8.4.1.	Hipóteses de incompetência .....	332
8.4.2.	Abstencção do juiz .....	332
8.4.3.	Legitimados.....	333
8.4.4.	Momento da arguição .....	334
8.4.5.	Procedimento .....	334
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada.....	336
8.5.1.	Distinção .....	336
8.5.2.	Legitimados.....	337
8.5.3.	Momento de arguição .....	338
8.5.4.	Procedimento .....	338
8.5.5.	Recurso .....	339
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte.....	339
8.6.1.	Cabimento.....	339
8.6.2.	Legitimados.....	340
8.6.3.	Momento de arguição .....	341
8.6.4.	Procedimento .....	341
8.6.5.	Recurso .....	342
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	342
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas .....	342
8.7.2.	Legitimados.....	343
8.7.3.	Momento .....	344
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	345
8.7.5.	Requisitos.....	345
8.7.6.	Procedimento .....	346
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	348
8.7.8.	Natureza jurídica .....	349
8.8.	Incidente de falsidade documental .....	350
8.8.1.	Cabimento.....	350
8.8.2.	Legitimados.....	352
8.8.3.	Momento .....	353
8.8.4.	Procedimento .....	353
8.9.	Incidente de insanidade mental .....	355
8.9.1.	Cabimento .....	355
8.9.2.	Legitimados .....	356

8.9.3.	Momento .....	356
8.9.4.	Procedimento .....	356
8.9.5.	Resultado do laudo .....	358

### Capítulo 9 Comunicação dos atos processuais

9.1.	Atos de comunicação processual .....	365
9.2.	Citação.....	365
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação .....	365
9.2.2.	Citação por mandado .....	366
9.2.3.	Citação por edital .....	372
9.2.4.	Citação com hora certa .....	375
9.2.5.	Citação e revelia.....	376
9.2.6.	Vícios da citação .....	378
9.3.	Intimação.....	378

### Capítulo 10 Da prova

10.1.	Teoria geral da prova .....	385
10.1.1.	Noções preliminares.....	385
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade .....	386
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova.....	389
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	391
10.1.4.1.	Meios de prova .....	392
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	393
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	394
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	396
10.1.7.	Prova emprestada .....	399
10.1.8.	Objeto da prova .....	403
10.1.9.	Momentos probatórios .....	404
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas.....	406
10.1.11.	Provas ilícitas.....	409
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções .....	409
10.1.11.2.	Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas.....	411
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação.....	416
10.1.12.	Prova por videoconferência .....	418
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova.....	423
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial.....	425
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração .....	426
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	429
10.1.14.	Crítérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios.....	432
10.1.15.	Ônus da prova .....	435
10.1.15.1.	Noções gerais .....	435
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .....	436
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .....	437
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias.....	443
10.2.1.	Conceito.....	443

10.2.2.	Características .....	443
10.2.3.	Classificações .....	444
10.2.4.	Perito .....	444
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito .....	445
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .....	446
10.2.7.	Procedimento probatório .....	448
10.2.8.	Valor probatório .....	451
10.3.	Interrogatório .....	451
10.3.1.	Natureza jurídica .....	451
10.3.2.	Características .....	452
10.3.3.	Local do interrogatório .....	454
10.3.4.	Procedimento e conteúdo .....	454
10.3.5.	Valor probatório .....	455
10.4.	Confissão .....	456
10.4.1.	Conceito e elementos .....	456
10.4.2.	Natureza jurídica .....	456
10.4.3.	Classificações .....	457
10.4.4.	Características .....	457
10.4.5.	Valor probatório .....	458
10.5.	Delação ou chamamento do corréu .....	459
10.5.1.	Conceito .....	459
10.5.2.	Natureza jurídica .....	459
10.5.3.	Requisitos .....	460
10.5.4.	Valor probatório .....	461
10.5.5.	Da denominada colaboração premiada .....	461
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada .....	463
10.5.5.2.	A homologação judicial do acordo .....	465
10.5.5.3.	A produção da prova nos processo com delação premiada .....	467
10.5.5.4.	O valor probatório da delação premiada .....	468
10.6.	Declarações do ofendido .....	472
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	472
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas .....	472
10.6.3.	Natureza jurídica .....	473
10.6.4.	Procedimento probatório .....	473
10.6.5.	Valor probatório .....	474
10.7.	Prova testemunhal .....	475
10.7.1.	Conceito .....	475
10.7.2.	Características .....	475
10.7.3.	Classificações .....	476
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor .....	477
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	478
10.7.6.	Procedimento probatório .....	480
10.7.7.	Contradita .....	482
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal .....	484
10.8.	Acareação .....	486
10.8.1.	Conceito e características .....	486
10.8.2.	Procedimento probatório .....	486
10.8.3.	Valor probatório .....	488
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	488
10.9.1.	Conceito .....	488

10.9.2.	Procedimento .....	489
10.9.3.	Valor probatório .....	490
10.10.	Prova documental.....	492
10.10.1.	Conceito.....	492
10.10.2.	Características.....	492
10.10.3.	Espécies.....	493
10.10.4.	Documento eletrônico.....	493
10.10.5.	Procedimento probatório .....	495
10.10.6.	Valor probatório .....	496
10.11.	Indícios e presunções.....	497
10.11.1.	Conceito.....	497
10.11.2.	Raciocínio indiciário .....	498
10.11.3.	Valor probatório .....	498
10.11.4.	Indícios e presunções .....	499
10.11.5.	Espécies de presunções.....	499
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova .....	500
10.11.7.	Presunções absolutas.....	501
10.12.	Busca e apreensão .....	502
10.12.1.	Busca domiciliar .....	503
10.12.2.	Busca pessoal.....	506
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão.....	508
10.13.	Interceptação telefônica.....	511
10.13.1.	Questões terminológicas .....	511
10.13.2.	Disciplina constitucional.....	513
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996 .....	517
10.13.4.	Natureza jurídica da medida.....	518
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica .....	519
10.13.6.	Legitimados e momento .....	522
10.13.7.	Juiz e competência.....	523
10.13.8.	Procedimento probatório .....	524
10.13.9.	Valor probatório .....	531

## Capítulo 11

### Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença .....	537
11.1.1.	Conceito.....	537
11.1.2.	Classificação e denominações.....	537
11.1.3.	Requisitos da sentença.....	538
11.1.4.	Sentença absolutória.....	542
11.1.5.	Sentença condenatória .....	543
11.1.6.	Intimação da sentença .....	549
11.1.7.	Efeitos da sentença .....	550
11.2.	Correlação entre acusação e sentença .....	551
11.2.1.	Noções gerais.....	551
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383).....	552
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384) .....	553
11.3.	Coisa julgada .....	560
11.3.1.	Noções gerais.....	560
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	561
11.3.3.	Coisa julgada material .....	562



11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	563
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	564
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	566
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	567

## Capítulo 12

### Do processo

12.1.	Natureza do processo.....	573
12.2.	Objeto do processo penal.....	579
12.2.1.	A irrelevância da lide penal.....	579
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material.....	588
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal .....	593
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais .....	596

## Capítulo 13

### Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares .....	603
13.2.	Do procedimento comum ordinário .....	606
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa .....	606
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	608
13.2.3.	Citação do acusado .....	609
13.2.4.	Resposta .....	609
13.2.5.	Absolvição sumária .....	614
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa .....	616
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	618
13.2.7.1.	Declarações do ofendido .....	618
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa .....	619
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos .....	623
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	623
13.2.7.5.	Interrogatório .....	624
13.2.7.6.	Diligências complementares .....	626
13.2.7.7.	Alegações finais.....	627
13.2.7.8.	Sentença .....	630
13.3.	Procedimento sumário.....	633
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário .....	634
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538) .....	635
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais .....	637
13.4.1.	Noções preliminares.....	637
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo .....	638
13.4.3.	Processo penal consensual.....	640
13.4.3.1.	Composição civil .....	641
13.4.3.2.	Representação do ofendido .....	642
13.4.3.3.	Transação penal.....	643
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo .....	648
13.4.4.	Procedimento .....	652
13.4.4.1.	Termo circunstanciado.....	653
13.4.4.2.	Audiência preliminar .....	654
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento .....	657

13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	661
13.5.1.	Noções preliminares.....	661
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro.....	663
13.5.2.1.	Plenitude de defesa.....	663
13.5.2.2.	Sigilo das votações.....	664
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos.....	665
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	666
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação.....	668
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	668
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	668
13.5.3.3.	Citação do acusado.....	669
13.5.3.4.	Resposta.....	669
13.5.3.5.	Réplica.....	670
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397.....	670
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	671
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido.....	672
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa....	672
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas.....	673
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	673
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	673
13.5.4.	Pronúncia.....	675
13.5.5.	Impronúncia.....	679
13.5.6.	Absolvição sumária.....	680
13.5.7.	Desclassificação.....	684
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	686
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa.....	687
13.5.10.	Preparação do processo.....	688
13.5.11.	Desaforamento.....	688
13.5.12.	Aceleração do julgamento.....	693
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	693
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri.....	694
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	698
13.5.16.	Do julgamento pelo júri.....	698
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas.....	698
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	701
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	702
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados....	702
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas.....	705
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	707
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas.....	707
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclareci- mentos dos peritos.....	708
13.5.16.9.	Leitura de peças.....	709
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado.....	712
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	712
13.5.16.12.	Debates orais.....	714
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos.....	717
13.5.16.14.	Juntada de documentos.....	720
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	722

13.5.16.16. Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença .....	722
13.5.16.17. Leitura dos quesitos .....	722
13.5.16.18. Sala secreta .....	723
13.5.16.19. Quesitos .....	723
13.5.16.20. Votação dos quesitos .....	729
13.5.16.21. Sentença .....	731
13.5.16.22. Desclassificação pelo conselho de sentença .....	733
13.5.16.23. Leitura da sentença .....	736
13.6. Procedimento dos crimes falimentares .....	736
13.6.1. Noções gerais .....	736
13.6.2. Extinção do inquérito judicial .....	737
13.6.3. Ação penal subsidiária .....	738
13.6.4. Sentença declaratória da falência .....	738
13.6.5. Recebimento da denúncia .....	739
13.6.6. Competência do juiz criminal .....	739
13.7. Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos .....	740
13.7.1. Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial .....	740
13.7.2. Cabimento do procedimento .....	741
13.7.3. Competência e foro por prerrogativa de função .....	742
13.7.4. Denúncia .....	743
13.7.5. Resposta escrita .....	744
13.7.6. Recebimento da denúncia .....	747
13.7.7. Rejeição da denúncia .....	748
13.8. Procedimento dos crimes contra a honra .....	748
13.8.1. Noções gerais .....	748
13.8.2. Cabimento .....	750
13.8.3. Audiência de reconciliação .....	751
13.8.4. Exceção da verdade .....	753
13.8.5. Exceção da notoriedade do fato .....	756
13.8.6. Pedido de explicações .....	757
13.9. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial .....	760
13.9.1. Noções gerais .....	760
13.9.2. Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	761
13.9.2.1. O exame pericial .....	762
13.9.2.2. Ação penal .....	765
13.9.3. Procedimento especial nos crimes de ação penal pública .....	769
13.9.4. Procedimento na Lei da Propriedade Industrial .....	772
13.10. Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	773
13.10.1. Noções gerais .....	773
13.10.2. Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008 .....	774
13.10.3. Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes .....	776
13.10.4. Inquérito policial .....	777
13.10.5. Oferecimento da denúncia .....	779
13.10.6. Possibilidade de rejeição da denúncia .....	780
13.10.7. Notificação .....	781
13.10.8. Resposta .....	781
13.10.9. Diligências .....	783
13.10.10. Juízo de admissibilidade da acusação .....	783
13.10.11. Possibilidade de absolvição sumária .....	786
13.10.12. Audiência de instrução e julgamento .....	786

### Capítulo 14 Nulidade dos atos processuais

14.1.	Noções gerais.....	799
14.2.	Atos inexistentes.....	801
14.3.	Nulidades absolutas.....	805
14.4.	Nulidades relativas.....	806
14.5.	Princípios relativos às nulidades.....	806
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	806
14.5.2.	Princípio da causalidade.....	808
14.5.3.	Princípio do interesse.....	809
14.6.	Nulidades cominadas no CPP.....	810
14.7.	Convalidação dos atos processuais.....	819
14.8.	Meios para alegar as nulidades.....	821

### Capítulo 15 Recursos

15.1.	Teoria geral dos recursos.....	827
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso.....	827
15.1.2.	Conceito e classificações.....	828
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos.....	829
15.1.3.1.	Taxatividade.....	829
15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	830
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal.....	830
15.1.3.4.	Dialeticidade.....	834
15.1.3.5.	Disponibilidade.....	835
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	835
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....	836
15.1.4.	Efeitos dos recursos.....	839
15.1.4.1.	Efeito devolutivo.....	839
15.1.4.2.	Efeito suspensivo.....	840
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo.....	842
15.1.4.4.	Efeito extensivo.....	843
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	844
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade.....	844
15.1.5.2.	Juízo de mérito.....	845
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade.....	846
15.1.6.1.	Cabimento.....	847
15.1.6.2.	Tempestividade.....	848
15.1.6.3.	Regularidade formal.....	850
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	852
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos.....	852
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos.....	855
15.1.6.5.	Legitimidade.....	858
15.1.6.6.	Interesse.....	861
15.2.	Apelação.....	863
15.2.1.	Noções gerais.....	863
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade.....	864
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593.....	864
15.2.2.2.	Tempestividade.....	867
15.2.2.3.	Regularidade formal.....	869

15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	870
15.2.2.5.	Legitimidade .....	871
15.2.2.6.	Interesse .....	871
15.2.3.	Procedimento .....	872
15.2.4.	Efeitos da apelação .....	872
15.3.	Recurso em sentido estrito .....	873
15.3.1.	Noções gerais .....	873
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade .....	874
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581 .....	874
15.3.2.2.	Tempestividade .....	881
15.3.2.3.	Regularidade formal .....	882
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	882
15.3.2.5.	Legitimidade .....	883
15.3.2.6.	Interesse .....	883
15.3.3.	Procedimento .....	883
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito .....	884
15.4.	Embargos de declaração .....	885
15.4.1.	Noções gerais .....	885
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade .....	886
15.4.2.1.	Cabimento .....	886
15.4.2.2.	Tempestividade .....	889
15.4.2.3.	Regularidade formal .....	889
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse .....	889
15.4.3.	Procedimento .....	889
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração .....	890
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos .....	891
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração .....	893
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades .....	894
15.5.1.	Noções gerais .....	894
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade .....	894
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único) .....	894
15.5.2.2.	Tempestividade .....	895
15.5.2.3.	Regularidade formal .....	897
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse .....	897
15.5.3.	Procedimento .....	897
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes .....	898
15.6.	Carta testemunhável .....	899
15.6.1.	Noções gerais .....	899
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade .....	900
15.6.2.1.	Cabimento .....	900
15.6.2.2.	Tempestividade .....	901
15.6.2.3.	Legitimidade .....	901
15.6.3.	Procedimento .....	901
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável .....	904
15.7.	Correção parcial .....	904
15.7.1.	Noções gerais .....	904
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade .....	905
15.7.2.1.	Cabimento .....	905
15.7.2.2.	Tempestividade .....	907
15.7.2.3.	Legitimidade .....	907

15.7.3.	Procedimento .....	908
15.7.4.	Efeitos da correição parcial .....	909
15.8.	Recursos especial e extraordinário .....	910
15.8.1.	Noções gerais.....	910
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	911
15.8.2.1.	Cabimento .....	911
15.8.2.1.1.	Questões comuns .....	911
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário .....	915
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	922
15.8.2.2.	Tempestividade .....	924
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	925
15.8.2.4.	Legitimidade .....	925
15.8.2.5.	Interesse.....	925
15.8.3.	Procedimento .....	926
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	928
15.8.5.	Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal .....	936
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário .....	938
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário .....	940
15.9.1.	Noções gerais.....	940
15.9.2.	O agravo no novo Código de Processo Civil .....	940
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade.....	941
15.9.3.1.	Cabimento .....	941
15.9.3.2.	Tempestividade .....	941
15.9.4.	Procedimento .....	942
15.9.5.	Efeitos do agravo .....	943
15.10.	Embargos de Divergência.....	944
15.10.1.	Noções gerais.....	944
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade.....	944
15.10.2.1.	Cabimento .....	944
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado .....	946
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma .....	947
15.10.2.2.	Tempestividade .....	948
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência ..	948
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo .....	950
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse .....	950
15.10.3.	Procedimento .....	951
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF .....	952
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	952
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência .....	953
15.11.	Agravo em execução .....	954
15.11.1.	Noções gerais.....	954
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade.....	955
15.11.2.1.	Cabimento .....	955
15.11.2.2.	Tempestividade .....	955
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse .....	955
15.11.3.	Procedimento .....	955
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução .....	956

**Capítulo 16**  
**Habeas corpus**

16.1. Natureza jurídica .....	961
16.2. Notícias históricas .....	961
16.3. Tutela jurisdicional .....	962
16.4. Condições da ação .....	963
16.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal .....	963
16.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade .....	964
16.4.3. Legitimidade .....	968
16.4.3.1. Legitimados ativos .....	968
16.4.3.2. Legitimado passivo .....	970
16.5. Pressupostos processuais .....	971
16.6. Competência .....	974
16.7. Procedimento .....	975
16.8. Ônus da prova .....	977

**Capítulo 17**  
**Revisão criminal**

17.1. Noções gerais .....	983
17.2. Condições da ação .....	985
17.2.1. Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	985
17.2.2. Interesse de agir: necessidade e adequação .....	991
17.2.3. Legitimidade .....	992
17.3. Pressupostos processuais .....	993
17.4. Procedimento .....	994
17.5. Ônus da prova .....	995
17.6. Efeitos da sentença absolutória .....	996
17.7. Coisa julgada .....	997
17.8. Indenização pelo erro judiciário .....	997

**Capítulo 18**  
**Medidas cautelares**

18.1. Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	1001
18.1.1. Espécies de medidas cautelares .....	1001
18.1.2. Características das tutelas cautelares .....	1002
18.1.2.1. Instrumentalidade hipotética .....	1002
18.1.2.2. Acessoriedade .....	1003
18.1.2.3. Preventividade .....	1003
18.1.2.4. Provisoriedade .....	1004
18.1.2.5. Cognição sumária .....	1005
18.1.2.6. Referibilidade .....	1007
18.1.2.7. Proporcionalidade .....	1008
18.1.3. Legalidade das medidas cautelares penais .....	1008
18.1.4. Processo cautelar e medidas cautelares penais .....	1011
18.1.5. Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal .....	1012
18.2. Medidas cautelares pessoais .....	1015
18.2.1. Características das medidas cautelares pessoais .....	1017
18.2.1.1. Necessidade e adequação das medidas cautelares .....	1017
18.2.1.2. A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada .....	1020

	18.2.1.3.	Contraditoriedade.....	1023
	18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva .....	1024
	18.2.1.5.	Cumulatividade .....	1025
18.2.2.		Prisão em flagrante .....	1025
	18.2.2.1.	Conceito e finalidade .....	1025
	18.2.2.2.	Classificação .....	1026
	18.2.2.3.	Situação de flagrante .....	1026
	18.2.2.4.	Situações especiais .....	1027
	18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito .....	1029
	18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade .....	1033
	18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial....	1033
18.2.3.		Prisão preventiva .....	1036
	18.2.3.1.	Momento para decretação .....	1036
	18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão .....	1037
	18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1038
	18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	1038
	18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	1039
	18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1041
	18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública .....	1041
	18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1045
	18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1046
	18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1047
	18.2.3.6.5.	A nova situação de <i>periculum libertatis</i> : o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão ..	1049
	18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1050
	18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada.....	1053
	18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação .....	1054
	18.2.3.9.	Prisão domiciliar .....	1057
	18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva .....	1058
18.2.4.		Prisão temporária .....	1059
	18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento .....	1060
	18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1061
	18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária .....	1062
	18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1062
	18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1063
18.2.5.		Audiência de custódia .....	1063
	18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia .....	1063
	18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH.....	1064
	18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz .....	1065
	18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH.....	1071
	18.2.5.5.	Da consequência da inobservância do direito do preso ser levado, sem demora, à presença do juiz .....	1072
	18.2.5.6.	Da regulamentação da audiência de custódia pela Resolução n. 213/2015 do CNJ.....	1073
18.2.6.		Medidas cautelares alternativas à prisão .....	1077
	18.2.6.1.	Novas medidas alternativas à prisão preventiva .....	1077
	18.2.6.2.	Natureza: as novas medidas alternativas à prisão são medidas cautelares? .....	1078



18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1080
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1082
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão .....	1084
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela? .....	1086
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1088
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo .....	1088
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1090
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada .....	1091
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca .....	1093
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1095
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira .....	1096
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado imputável ou semi-imputável .....	1102
18.2.6.7.8.	Fiança .....	1104
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis .....	1105
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade.....	1108
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança .....	1109
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança .....	1111
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança .....	1112
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda .....	1113
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica .....	1116
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país.....	1118
18.2.7.	Liberdade provisória.....	1119
18.2.7.1.	Noções gerais .....	1119
18.2.7.2.	Natureza jurídica .....	1120
18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória.....	1120
18.2.7.4.	Classificação .....	1122
18.2.7.5.	Momento .....	1122
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória .....	1122
18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude .....	1123
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre” .....	1124
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança .....	1125
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais.....	1125
18.3.1.	Sequestro.....	1127
18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis.....	1127
18.3.1.1.1.	Objeto .....	1127
18.3.1.1.2.	Requisito .....	1128
18.3.1.1.3.	Legitimados .....	1128
18.3.1.1.4.	Momento .....	1129
18.3.1.1.5.	Finalidade .....	1129
18.3.1.1.6.	Levantamento .....	1130
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório .....	1131
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis.....	1132
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1132
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1139
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação .....	1141

**38** PROCESSO PENAL

18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1143
18.3.2.1.	Objeto .....	1144
18.3.2.2.	Requisito .....	1144
18.3.2.3.	Legitimados .....	1144
18.3.2.4.	Momento .....	1146
18.3.2.5.	Procedimento.....	1146
18.3.2.6.	Finalidade .....	1147
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1148
18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1149
18.3.5.	Da alienação antecipada .....	1151
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento .....	1151
18.3.5.2.	Procedimento.....	1152
	Referências Bibliográficas .....	1161